

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA CAROLINA CAETANO AURELIO**

**ANÁLISE POR INDICADORES FINANCEIROS DAS CONTAS PÚBLICAS DOS  
MUNICÍPIOS DA AMREC**

**CRICIÚMA**

**2023**

**ANA CAROLINA CAETANO AURELIO**

**ANÁLISE POR INDICADORES FINANCEIROS DAS CONTAS PÚBLICAS DOS  
MUNICÍPIOS DA AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Anderson Correa Benfatto

**CRICIÚMA**

**2023**

**ANA CAROLINA CAETANO AURÉLIO**

**ANÁLISE POR INDICADORES FINANCEIROS DAS CONTAS PÚBLICAS DOS  
MUNICÍPIOS DA AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Governamental.

Criciúma, 06 de novembro de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Anderson Corrêa Benfatto - Mestre (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC) – Orientador

Prof. Sérgio Mendonça da Silva - Mestre (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC)

Januário José da Silva - Doutor (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC)

**Primeiramente à Deus, a minha família, amigos, e a todos professores que contribuíram para minha graduação e para este trabalho.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar o dom da vida e de poder participar deste curso.

Agradeço aos meus pais que foram quem mais me incentivaram e deram suporte, aos meus tios e primos que ajudaram de todas as formas, principalmente a minha tia por parte materna.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo em todos os momentos, desde me acompanhar no primeiro dia de aula, até o TCC. Agradeço toda paciência e compreensão comigo durante este período. Estendo meu agradecimento ao meu amigo que participou de uma parte desta jornada, sempre me incentivando, mas que veio a falecer em 2019.

Agradeço aos professores Sergio Mendonça da Silva e Anderson Correa Benffato por me orientarem no projeto e na pesquisa, por toda paciência e incentivo.

Por fim, agradeço a todos os professores que participaram desta caminhada, obrigada!

## ANÁLISE POR INDICADORES FINANCEIROS DAS CONTAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA AMREC

Ana Carolina Caetano Aurélio<sup>1</sup>

Anderson Correa Benfatto<sup>2</sup>

**RESUMO:** A gestão pública trabalha com transparência, divulgando todas as suas demonstrações contábeis e financeiras para o interesse da sociedade, demonstrando assim sua prestação de contas. Observou-se uma variação considerável tanto no endividamento quanto nas arrecadações tributárias. Este estudo visa analisar o comportamento dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais das prefeituras da região Carbonífera de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), onde se analisaram as demonstrações contábeis do período de 2013 a 2022 das prefeituras da região Carbonífera de SC. A análise desses indicadores demonstra a utilização de recursos, o controle de ativos e passivos, destacando a necessidade de análise e cuidado. Este trabalho fornece uma avaliação crucial da saúde financeira dos municípios, essencial para implementar políticas públicas eficientes e responsabilidade fiscal. Aprofundando o entendimento das capacidades e limitações financeiras municipais, a pesquisa ilumina o caminho para uma gestão pública mais estratégica e transparente. Além disso, ressalta a importância do monitoramento contínuo das finanças municipais, promovendo maior responsabilização e envolvimento cívico na gestão dos recursos públicos.

**PALAVRAS — CHAVE:** Análise. Contas Públicas. Prefeituras.

**ÁREA TEMÁTICA:** Tema 03 — Contabilidade Governamental

### 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade das empresas pode ser interna ou externa, assim como a Contabilidade Pública que também pode ocorrer de ambas as formas, mas conforme Angélico (1995), a Administração Pública contém a parte da contabilidade que registra fatos contábeis em coerência com as Normas Contábeis.

Entre os tipos de empresas, temos as entidades públicas, que atendem e prestam serviços à população em geral, tendo como base um orçamento público, que se trata de uma presunção dos gastos mensais e anuais. Quando analisadas as demonstrações contábeis e as prestações de contas, consegue verificar se realmente a empresa utilizou de seus recursos previamente, caso haja necessidades fora do orçamento, são feitos requerimentos e analisados pelos gestores (CPC, 2016).

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

O controle desta crise foi crucial para impedir a disseminação do vírus, aperfeiçoando profissionais e tendo todo cuidado de manejo e tratamento com pacientes infectados (KYHLSTEDT, 2020).

As Empresas Públicas podem ser de administração direta, ou indireta, ou seja, pode ser administrada pelo próprio Governo ou o Governo contrata uma empresa terceirizada de direito público para efetuar a administração, como Autarquias ou Associações Públicas, ou de direito privado, como Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas (Angélico, 1995 e Lei n.º 200, 1967). Conforme o art. 4 da Lei n.º 200, a administração direta possui personalidade jurídica da União, Estados e Municípios, que correspondem pelo regime jurídico de direito público.

Ambas administrações contêm uma organização de Planejamento que busca o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, uma coordenação que executa os planejamentos do Governo, a Descentralização da administração que poderá ser dividida em três planos:

Teremos após isso, a Delegação de Competência utilizada como instrumento da descentralização administrativa para trazer de forma mais rápida e objetiva as decisões e por fim temos o controle que está presente em todos os trabalhos visando seguir as normas gerais na aplicação do dinheiro público e na guarda dos bens da União.

A Prestação de Contas é um demonstrativo que acompanha a administração pública indireta. Trata-se de um relatório que comprova todos os pagamentos e recebimentos, ou seja, é um relatório no qual aparece o valor do pagamento, o que foi comprado, o respectivo documento que comprove a compra (nota fiscal, por exemplo) e caso seja uma despesa extra-orçamentária, acompanhará toda documentação ou explicação da situação esporádica que levou a compra (Araújo, 2020).

Diante deste contexto, surge a seguinte questão problema: “qual desempenho financeiro dos municípios de AMREC?”.

Para atender essa questão de pesquisa, propõe-se como objetivo geral, analisar o desempenho financeiros por meio dos indicadores dos municípios de AMREC. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, propõe-se como objetivos específicos: 1) levantar as demonstrações contábeis dos municípios; 2) calcular os indicadores financeiros de liquidez e endividamento; 3) analisar os resultados encontrados na pesquisa.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender a saúde financeira dos municípios da AMREC, cuja análise é crucial para a implementação de políticas públicas eficientes e responsabilidade fiscal. Ao levantar as previsões contábeis e o cálculo de indicadores chave, este trabalho contribuirá para uma avaliação precisa do desempenho financeiro municipal, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas para gestores e agentes públicos, além de fornecer transparência aos cidadãos quanto à gestão dos recursos públicos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA**

A maioria das entidades públicas têm o objetivo de prestar serviços à sociedade sem visar lucros, podendo ser serviços de bem-estar, saúde, educação e segurança (Tesouro Nacional, 2021). Conforme as Normas Brasileiras de

Contabilidade (NBC), o governo faz a arrecadação de contribuições e impostos, e transforma esse valor em serviços e atendimentos à população através das fundações, onde também há fiscalizações.

A Lei n.º 4.320 de 1964 fala sobre o orçamento das entidades do setor público, a programação da despesa conforme a receita e o limite estabelecido na lei pelo Poder Executivo. Os pagamentos são feitos conforme o Orçamento Plurianual, e caso haja despesas fora a parte, precisa-se de autorização dos diretores e responsáveis da entidade.

A Receita Pública trata-se dos valores arrecadados que vão para os cofres públicos para custeio das entidades, podendo ser Orçamentária ou Extra-Orçamentária. Receita Orçamentária é a que compõe o orçamento público, os tributos, as alienações, os retornos dos empréstimos e as operações de crédito por prazo acima de 12 meses; já a Receita Extra-Orçamentária trata-se de recursos que não são oriundos do orçamento, vindo de, por exemplo, cauções ou operações de créditos a curto prazo (ANGÉLICO, 1995).

Arruda (2020) diz que as receitas podem ser orçamentárias, correntes e de capital, sendo a orçamentária prevista no orçamento, a corrente oriunda de receitas tributárias e as contribuições são as que não estavam previstas no orçamento, trazendo uma elevação positiva no patrimônio e a receita de capital podem vir de empréstimos, alienações de bens e entre outras operações.

As Despesas Públicas são definidas por gastos/consumo de materiais ou serviços, podendo ser financeira ou econômica. A financeira trata-se de investimentos públicos, já a econômica é um pagamento de um serviço tomado para atender necessidades previstas no Orçamento (Araújo, 2020). As Despesas são divididas em dois tipos: Orçamentárias e Extra-Orçamentárias. As Extra-Orçamentárias são aquelas não previstas no planejamento, como pagamentos de calções, restos a pagar, entre outras, ou seja, não é necessário a autorização do Poder Legislativo.

As despesas Orçamentárias são despesas previstas no planejamento e precisam necessariamente da autorização do Poder Legislativo, sendo subdivididas em Despesa Orçamentária Efetiva é a despesa que é corrente e reduz a situação líquida patrimonial, como pagamento de juros, remunerações e investimentos, já as Despesas Orçamentárias não Efetivas é a despesa que não reduz a situação líquida patrimonial, como transferências de capital, podendo ser também chamada de Efetiva (ARAÚJO, 2020).

### **2.1.1 Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público**

As demonstrações contábeis são grandes aliadas às tomadas de decisões, pois por uma análise mais profunda, é possível fazer uma previsão de fluxo de caixa para investimentos futuros e também para verificar fatos ocorridos no passado, como, por exemplo, conferir se a empresa realmente obteve retornos de um investimento (CFC, 2016).

As Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público são mais específicas e detalhadas, como o Balanço Orçamentário que nos possibilita analisar de forma mais detalhada as receitas e despesas orçamentárias, demonstrar o resultando em “Superavit ou Deficit” e separa as receitas e despesas por natureza (Araújo, 2020).

O Superavit Orçamentário ocorre quando a despesa é menor que a receita; o Deficit Orçamentário ocorre quando a despesa é maior que a receita e a economia





Orçamentária ocorre quando a despesa realizada é menor que a despesa fixada; o excesso de arrecadação ocorre quando a receita arrecadada é maior que a receita estimada e a frustração da arrecadação ocorre quando a receita arrecadada é menor que a receita estimada (Araújo, 2020).

Conforme a Lei n.º 4.320 de 1964, o Balanço Patrimonial das entidades Públicas sem fins lucrativos, contém a particularidade da conta “Lucros/Prejuízos Acumulados” ser “Superávit/Déficit” que seria praticamente se o orçamento foi correto e os recursos iguaram/sobraram (Superávit) e, caso o orçamento não tenha cumprido todas as obrigações, o resultado será negativo (Déficit).

No Ativo, temos a subdivisão com as subcontas alocadas por ordem de liquidez no Circulante e no Não Circulante, ou seja, quanto mais rápido for para reverter em dinheiro, mais acima a conta ficará, onde o Circulante inicia pelos Disponíveis (caixa, contas bancárias e aplicações) e finaliza nos Direitos realizáveis a curto prazo (12 meses); já o Não Circulante, trata-se de direitos que serão realizados no período de longo prazo (acima de 12 meses) como, por exemplo, imóveis, máquina e equipamentos, investimentos entre outras (Planalto, 1976)

### 2.1.2 Indicadores Financeiros

Os Índices de Liquidez são utilizados para avaliar se a empresa consegue liquidar suas obrigações, podendo ser de curto prazo, longo prazo ou prazo imediato, e também são subdivididos em Corrente (LC), seca (LS), geral (LG) e Imediata (LI) (Marion, 2012). Ainda conforme Marion (2012), os Índices de Liquidez Correntes trazem a virtude da empresa de liquidar seus deveres a Curto Prazo e podem ser calculados perante a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

O Índice de Liquidez Seca serve para calcular e demonstrar uma situação hipotética, que seria caso a empresa parasse de vender ou tivesse uma perda total de seu estoque, a empresa conseguiria quitar todas suas dívidas com os valores disponíveis e com os valores a receber, sendo calculado com a fórmula: Ativo Circulante menos estoque e dividido pelo Passivo Circulante.

O Índice de Liquidez Geral permite analisar a capacidade da empresa de liquidação das dívidas de Curto e Longo Prazo, considerando todas suas disponibilidades e tudo que será transformado futuramente em disponível, sendo calculada com a fórmula:

Ativo Circulante adicionado a Realizável a Longo Prazo que divide pelo Passivo Circulante adicionado no Exigível a Longo Prazo. O Índice de Liquidez Imediata permite verificar quanto se tem em disponibilidade para saldar todas os deveres de Curto Prazo, sendo calculado com a fórmula: disponibilidades divididas pelo Passivo Circulante (IUDÍCIBUS, 2008; MARION, 2012).

Os Índices de Endividamento servem, principalmente, para analisar a quantidade de dívidas da empresa, podendo caracterizar também seu nível de endividamento (Marion, 2012). Conforme Iudícibus (2008), também podemos analisar se a entidade depende do Capital de terceiros ou de recursos de acionistas para seu desenvolvimento. Ambos autores trazem ainda que, a maioria das empresas que têm ações oriundas de outras entidades, preferem utilizar-se dos recursos destas ações para liquidar suas dívidas, pois assim não precisará arcar com encargos financeiros (juros e afins).

Segundo Marion (2012), o “índice de endividamento favorável” seria com a maioria de suas dívidas com liquidação a Longo Prazo, pois assim a empresa teria um período maior para originar receitas e quitar dívidas. As obrigações elevadas a Curto Prazo oriundas de empréstimos e dívidas, deixam a empresa com índice alto, pois a Curto Prazo a entidade tem pouco tempo para gerar receita e liquidar as dívidas, sendo assim, muitas fazem uma liquidação de estoque, o que acaba gerando uma receita menor do que a esperada (às vezes até mais baixa que o próprio custo da mercadoria) e causando cada vez mais dívidas.

Em conformidade ainda com Marion (2012), os Índices de Endividamento são divididos em três tipos: Índice de Endividamento Geral, Endividamento Financeiro e Composição do Endividamento. O Índice de Endividamento Geral permite comparar uma dívida com o ativo total da empresa, ou seja, analisar quão comprometido está o ativo em relação à dívida e pode ser calculada da seguinte forma:

$EG = (dívida/total\ do\ ativo) \times 100$ . O Índice de Endividamento Financeiro permite analisar quanto a empresa deve a terceiros (fornecedores) em relação ao valor investido pelos acionistas, sendo calculado da seguinte forma:  $EF = Dívida\ total / Patrimônio$ . Por fim, o Índice de Composição do Endividamento consegue-se saber a quantidade da dívida que precisa ser quitada num certo período, com a fórmula:  $CE = Passivo\ Circulante / (Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante)$ .

Figura 1: Fórmulas dos indicadores de liquidez e endividamento

INDICADORES DE DESEMPENHO FINANCEIRO				
Índice	Fórmula	Índica	Decisão	Interpretação
<b>Indicadores de Liquidez</b>				
Liquidez Imediata	$\frac{Disponível}{PC}$	Imobilização de Recursos Não Correntes	Quanto maior, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, tem-se R\$ ____ de ativos de curtíssimo prazo disponíveis.
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, tem-se R\$ ____ de ativos de curto prazo disponíveis.
Liquidez Seca	$\frac{AC - Estoques - Desp. Antec.}{PC}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto prazo, desconsiderando os estoques e despesas antecipadas, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, tem-se R\$ ____ de ativos de curto prazo disponíveis, sem os estoques e as despesas antecipadas.
Liquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida com terceiros de curto e longo prazos.	Quanto maior, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo, tem-se R\$ ____ de ativos de curto e longo prazo disponíveis.
<b>Indicadores de Endividamento</b>				
Composição do Endividamento	$\frac{PC}{PC + PNC}$	Quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.	Quanto menor, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros, tem-se R\$ ____ que vence no curto prazo.
Endividamento Total	$\frac{PC + PNC}{AT}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto menor, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de ativo, tem-se R\$ ____ de capitais de terceiros.
Endividamento com Terceiros	$\frac{PC + PNC}{PL}$	Quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.	Para cada R\$ 1,00 de capital próprio, tem-se R\$ ____ de capitais de terceiros.

Fonte: Iudicibus (2015, p. 29)

Conforme Padoveze (2017) e Marion (2012), estes Indicadores tratam de cálculos resultantes em índices utilizados como informações para análises sobre a situação econômica atual de uma empresa, tendo assim, uma base de como será seu futuro (caso de endividamento, será uma análise com conclusão de possível falência). Temos alguns indicadores que podemos utilizar nas análises, que dentre eles estão os Indicadores de Liquidez e Solvência, Indicadores de Atividade e Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade.



### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Quanto à abordagem do problema essa pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois conforme Michel (2015), esse tipo de pesquisa analisa todo o contexto e métodos, para poder tentar aproximar o autor da realidade, sendo assim, não há métodos obrigatórios para esse tipo de pesquisa, será o correto quando aproximar a teoria da prática.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa se caracteriza como descritiva ao tratar de analisar itens, fatos e até indivíduos que confrontam as informações divergentes e comuns, a fim de possibilitar um estudo de casos (Michel, 2015).

Quanto aos procedimentos, está classificado como documental, pois será feito um levantamento de dados por meio de documentos, registros referentes à pesquisa em questão (Michel, 2015).

#### **3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

Os dados foram coletados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), sendo do período de 2013 a 2022 das cidades da região da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC) do estado de Santa Catarina. Diante dos demonstrativos contábeis aplicados as entidades do setor público, foram extraídos os dados para as presentes análises.

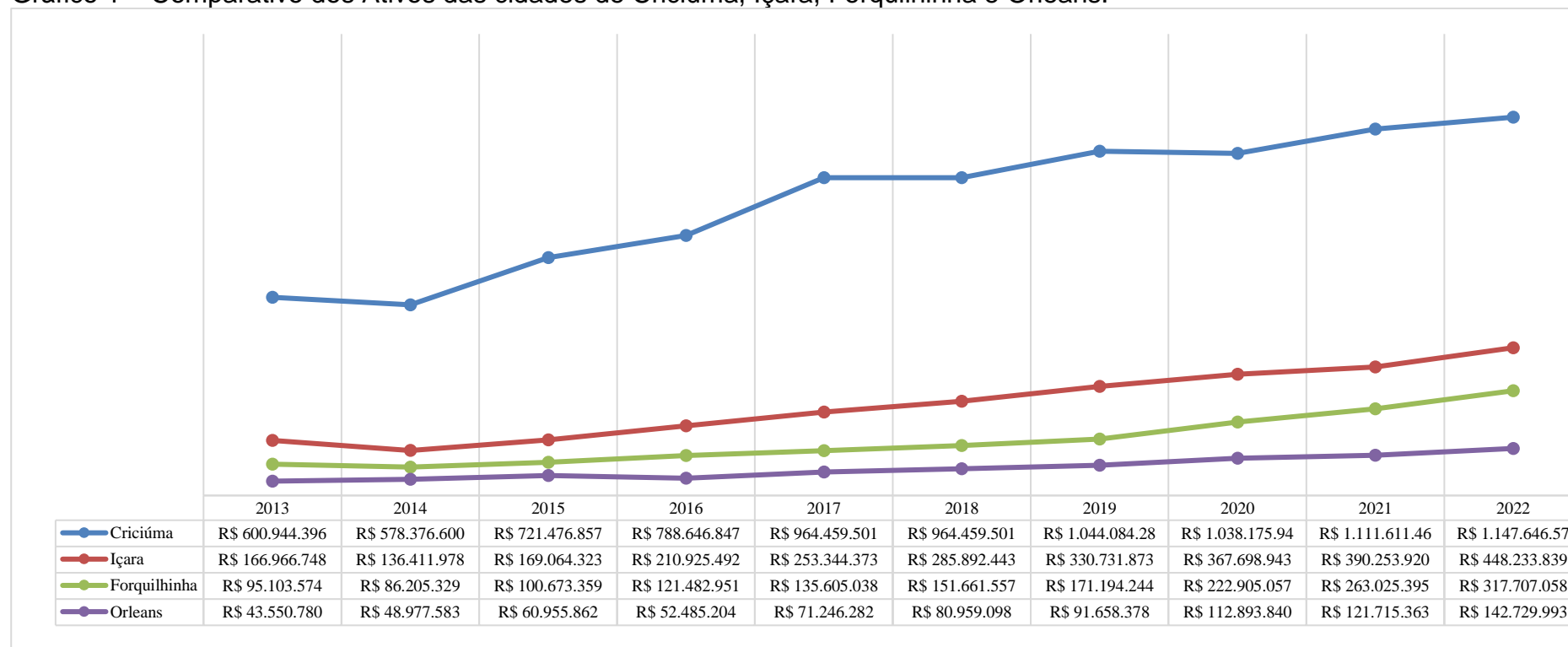


## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 BLOCO I — COMPARATIVO DE ATIVOS

Segue abaixo a análise dos comparativos dos ativos das cidades da região da AMREC por meio dos Gráficos 1, 2 e 3.

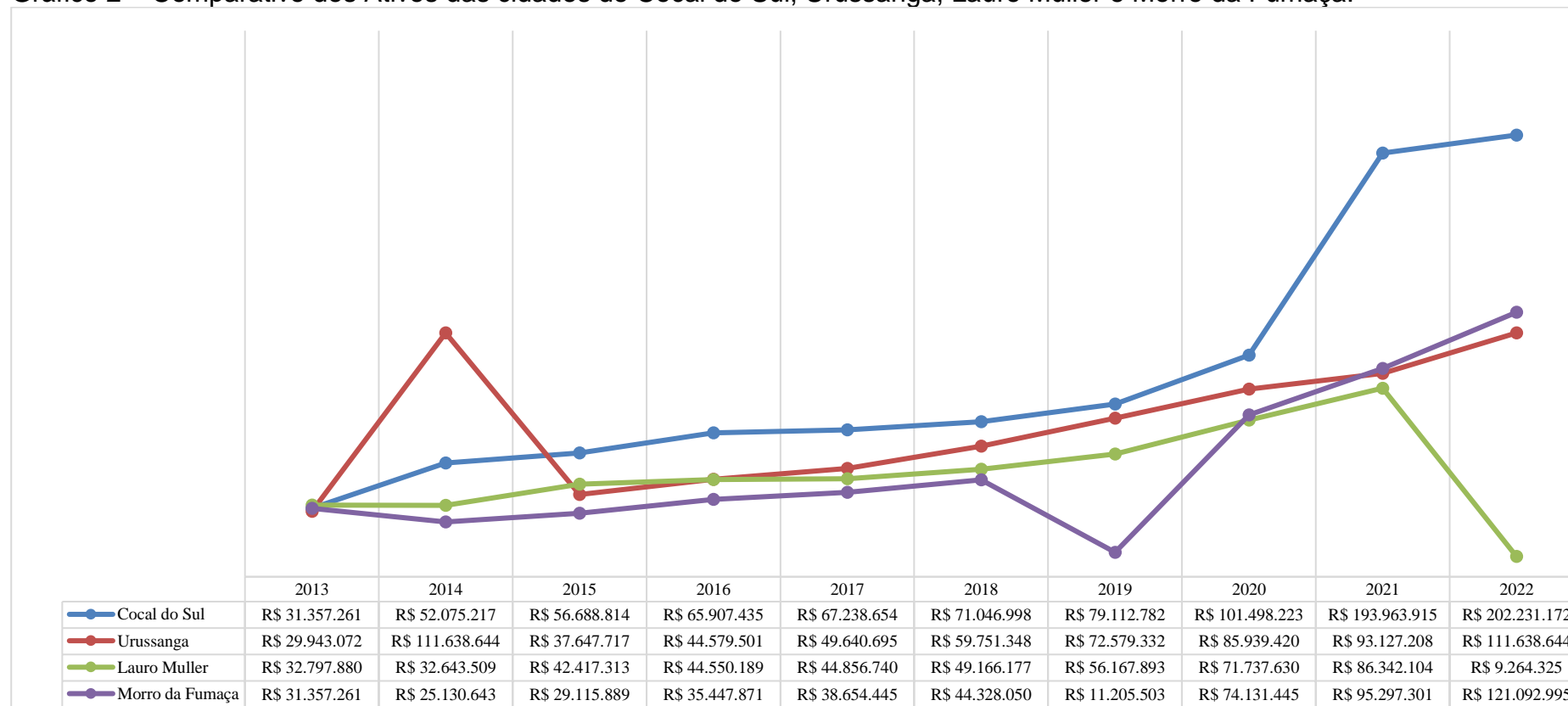
Gráfico 1 – Comparativo dos Ativos das cidades de Criciúma, Içara, Forquilha e Orleans.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Os dados dos ativos indicam que a Prefeitura de Criciúma possui um valor bem elevado em comparação com as demais Prefeituras, mas que, todas elas estão em constante aumento.

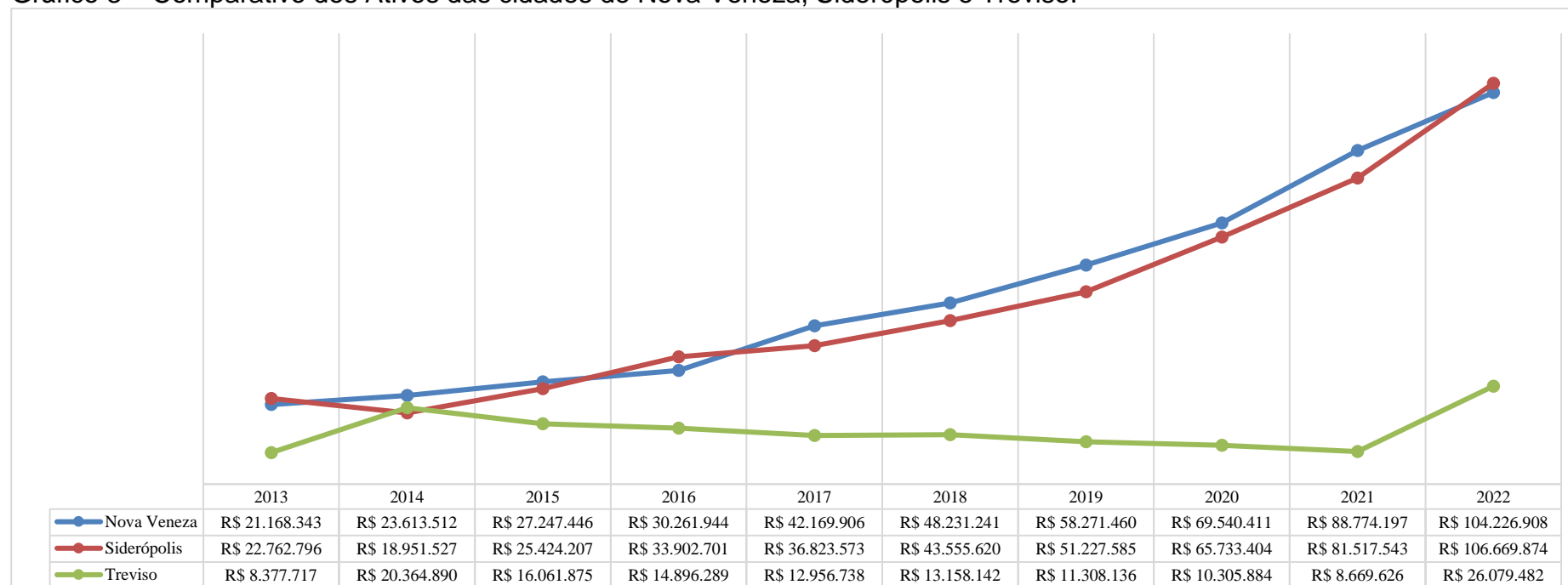
Gráfico 2 – Comparativo dos Ativos das cidades de Cocal do Sul, Urussanga, Lauro Muller e Morro da Fumaça.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Analisando o gráfico 2, observamos que os Ativos possuem valores próximos, mas que a cidade de Urussanga teve uma elevação bem considerável do ano de 2013 para 2014, mas que no ano seguinte já reduz e possui um aumento constante de até 20% do valor. Em 2019 a cidade de Morro da Fumaça teve uma queda significativa de 75%, mas em 2020 já voltou a subir. De 2020 para 2021, Cocal do Sul subiu notavelmente 91%. Já Lauro Muller teve um constante aumento, porém de 2021 para 2022, a cidade reduziu seu ativo em 89%.

Gráfico 3 – Comparativo dos Ativos das cidades de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso.



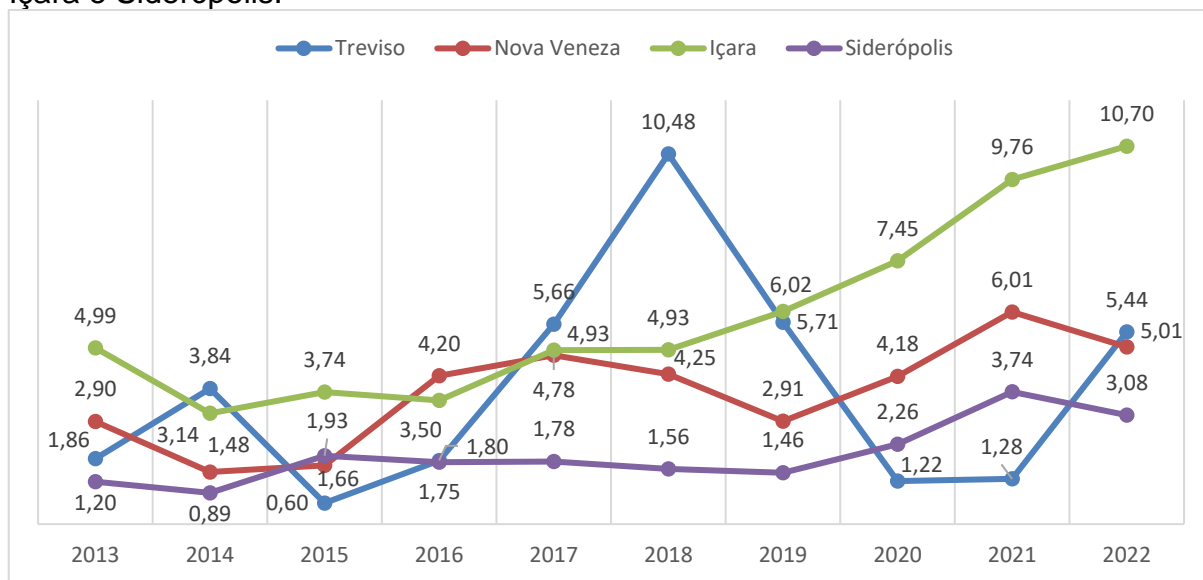
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Observando o gráfico 3, verifica-se que os ativos de Nova Veneza e Siderópolis tiveram um constante aumento com seus valores próximos, com um aumento de aproximadamente 490% e 470%, respectivamente de 2013 a 2022. Treviso teve um aumento de 2013 para 2014, mas que até 2021 foi reduzindo seu valor e em 2022 houve um aumento de quase 300%.

## 4.2 BLOCO II — INDICADORES DE LIQUIDEZ

Segue abaixo a análise dos indicadores de liquidez corrente e geral das cidades da região da AMREC por meio dos Gráficos 4 ao 9.

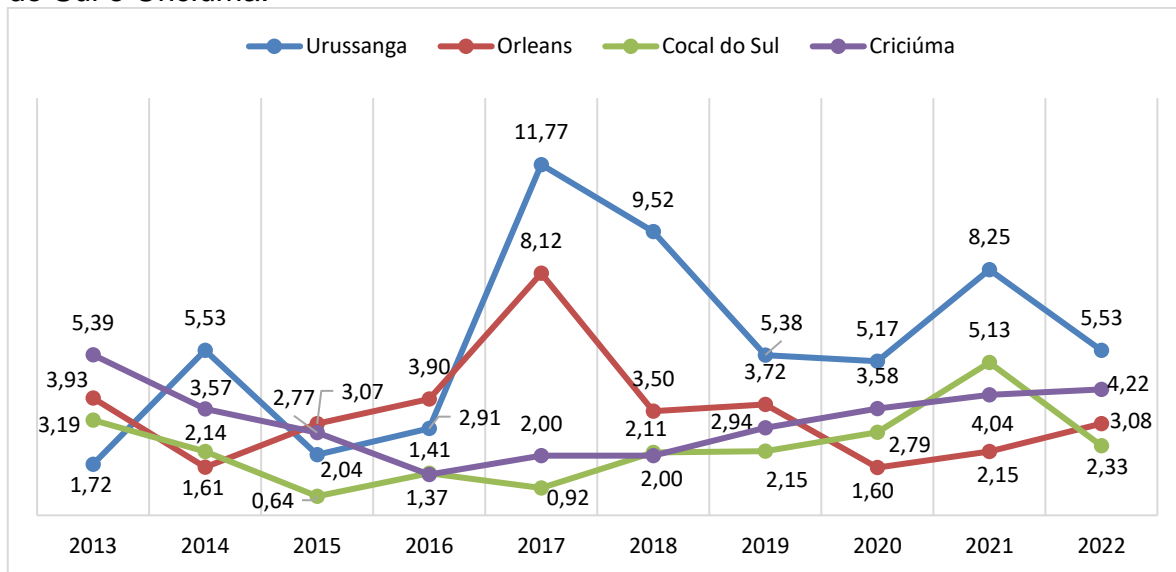
Gráfico 4 - Indicadores de liquidez corrente das cidades de Treviso, Nova Veneza, Içara e Siderópolis.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Os indicadores de liquidez corrente destas cidades tiveram uma boa variação no período pesquisado, Treviso em 2018 foi seu maior e melhor índice, com 10,48 que começou a cair no ano seguinte, mantendo constância até 2021 e voltando a subir em 2022. Nova Veneza oscilou bastante entre 1,48 e 6,01, já Siderópolis variou de 0,89 a 2,26 até 2020, subindo em 2021 para 3,74 e em 2022 passou a reduzir para 3,08.

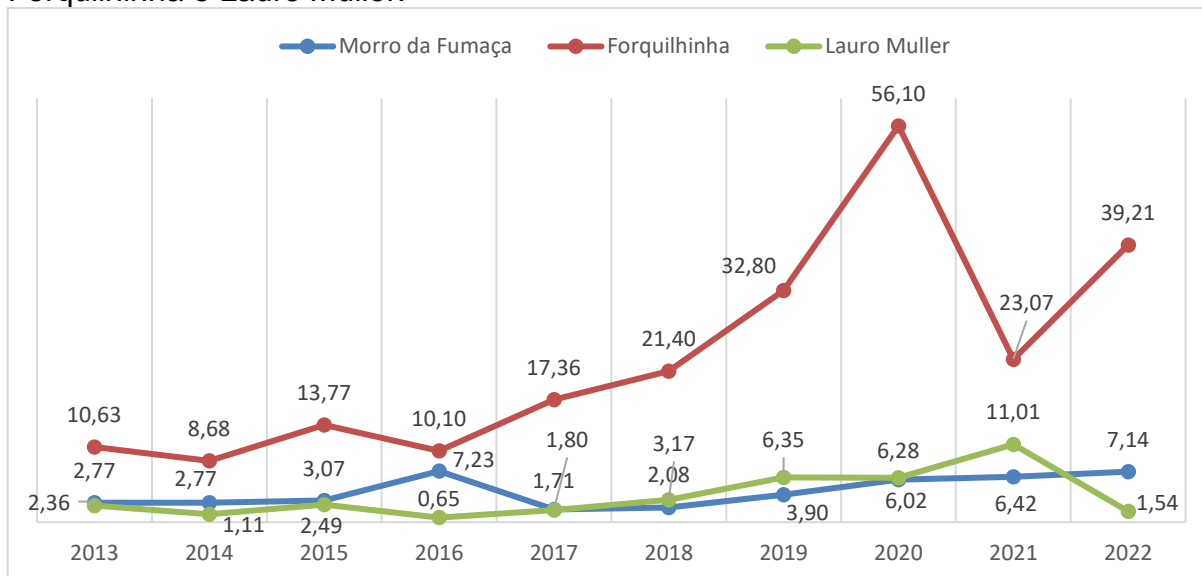
Gráfico 5 - Indicadores de liquidez corrente das cidades de Urussanga, Orleans, Cocal do Sul e Criciúma.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Analisando o gráfico acima, verifica-se bastante variação nos índices, principalmente das cidades de Urussanga e Orleans, que tiveram um elevado aumento em 2017, mas em seguida voltaram a reduzir e aumentar pouco. Criciúma iniciou em 5,39 em 2013, mas foi reduzindo até 1,41 em 2016, e em seguida voltou a subir até 4,22 em 2022. Cocal do Sul oscilou bastante entre 0,64 e 5,13.

Gráfico 6 - Indicadores de liquidez corrente das cidades de Morro da Fumaça, Forquilha e Lauro Muller.



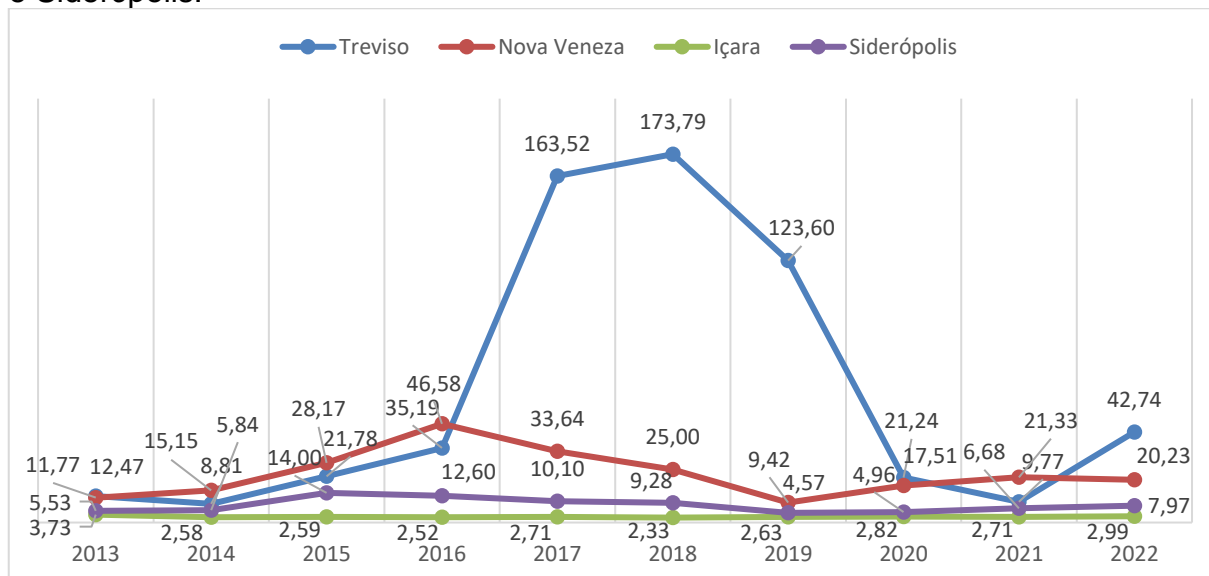
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No gráfico acima, verifica-se uma constância nos índices durante todo o período de Morro da Fumaça e Lauro Muller, já Forquilha oscila de 2013 a 2019,



com um aumento bem considerável em 2020 para 56,10, com uma redução em 2021 para 23,07 e em 2022 novamente um leve aumento para 39,21.

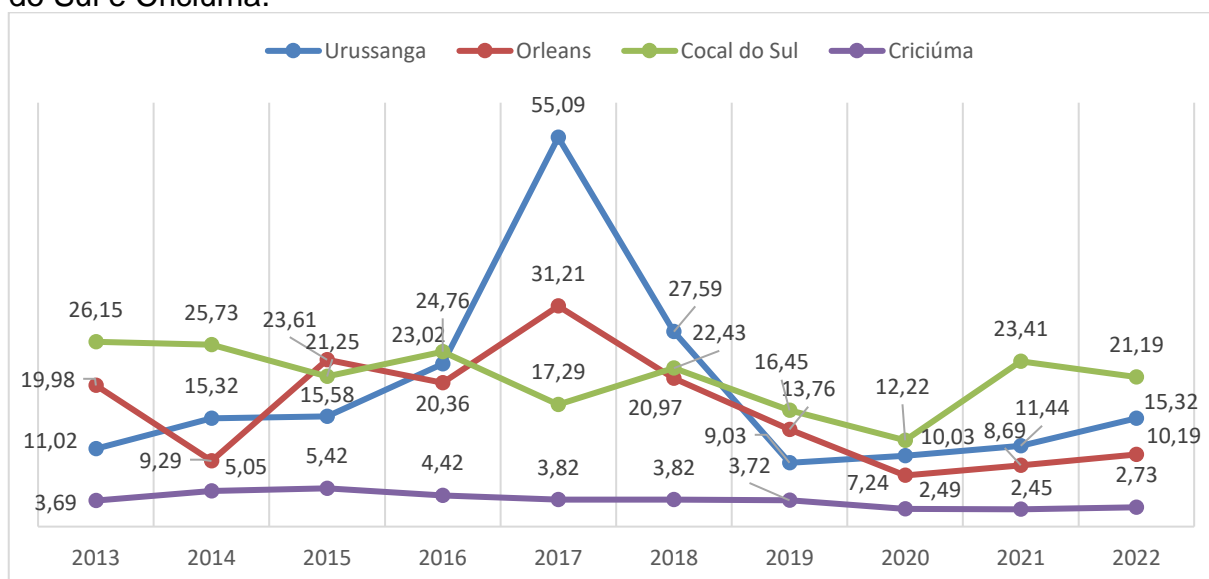
Gráfico 7 - Indicadores de liquidez geral das cidades de Treviso, Nova Veneza, Içara e Siderópolis.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Neste gráfico, podemos verificar que houve pouca variação entre o período, de Içara e Siderópolis, já Nova Veneza teve um leve aumento no ano de 2016. Treviso varia de 11,77 a 35,19 de 2013 a 2016, mas em 2017 passa seu índice para 163,52 e mantém-se alto em 2018, começando a reduzir em 2019, indo até 9,77 em 2021 e finalizando 2022 em 42,74.

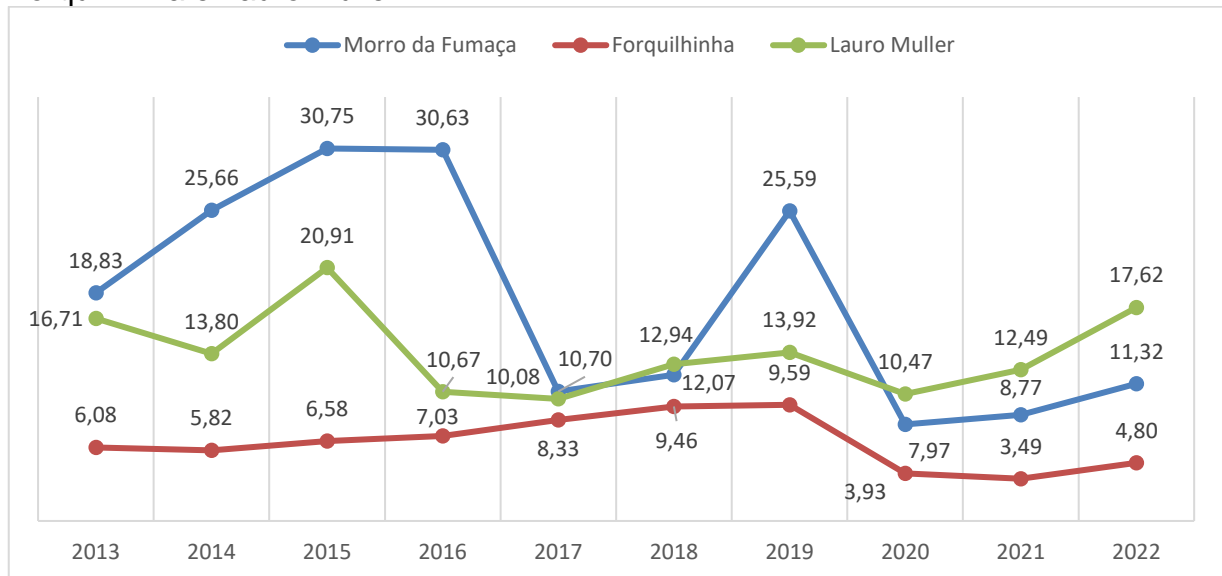
Gráfico 8 - Indicadores de liquidez geral das cidades de Urussanga, Orleans, Cocal do Sul e Criciúma.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Analisando este gráfico, consegue-se verificar que Criciúma variou apenas entre 2,49 e 5,42. Cocal do Sul oscilou entre 12,22 e 24,76, assim como Orleans oscilou entre 5,05 em 2014 e 31,21 em 2017. Urussanga possui pouca variação até 2015, mas até 2017 subiu o índice até 55,09 que no ano seguinte já reduziu e foi até 9,03 em 2019, onde possuiu um aumento de 6,29 até 2022.

Gráfico 9 - Indicadores de liquidez geral das cidades de Morro da Fumaça, Forquilha e Lauro Muller.



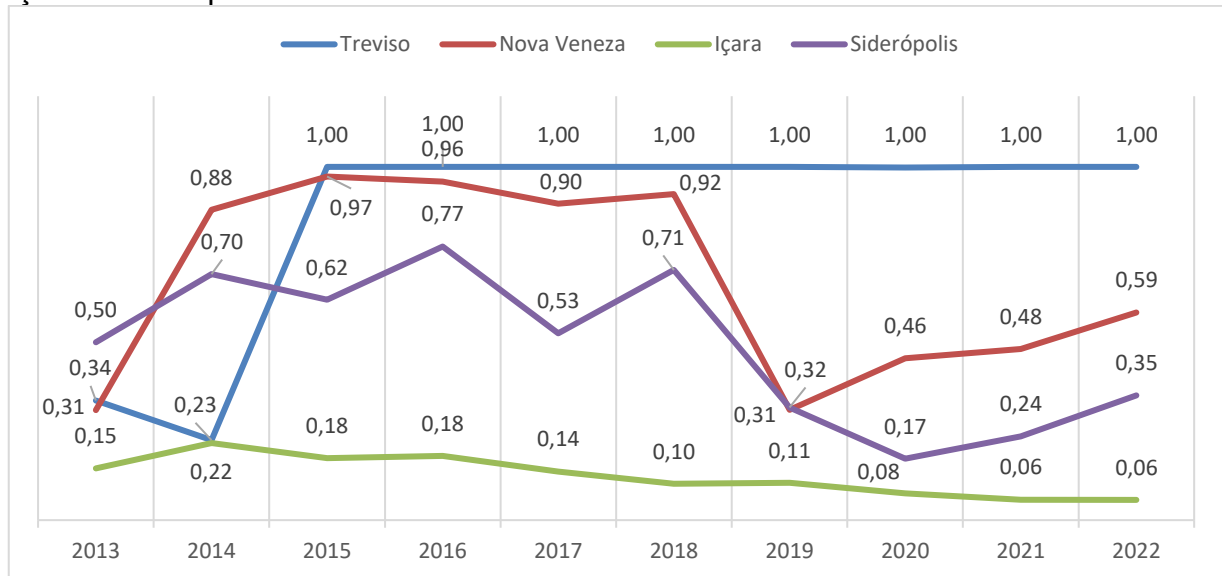
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Na análise deste gráfico, identifica-se que Forquilha ficou com pouca variação até 2019, mas em 2020 reduziu para 3,93 e em 2021 e 2022 voltou a subir. Lauro Muller variou até 2015, sendo em 2016 a 2022 uma variação entre 10,67 e 17,62. Morro da Fumaça houve bastante variação, iniciando em 2013 com 18,83 e indo até 30,63 em 2016, tendo uma queda brusca em 2017 de 19,93, subindo para 12,94 em 2018 e 2019 indo para 25,59, porém em 2020 já sofre novamente uma queda para 7,97 e voltando a subir até 11,32 em 2022.

#### 4.3 BLOCO III — INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Segue abaixo a análise dos indicadores de endividamento das cidades da região da AMREC por meio dos Gráficos 10, 11 e 12.

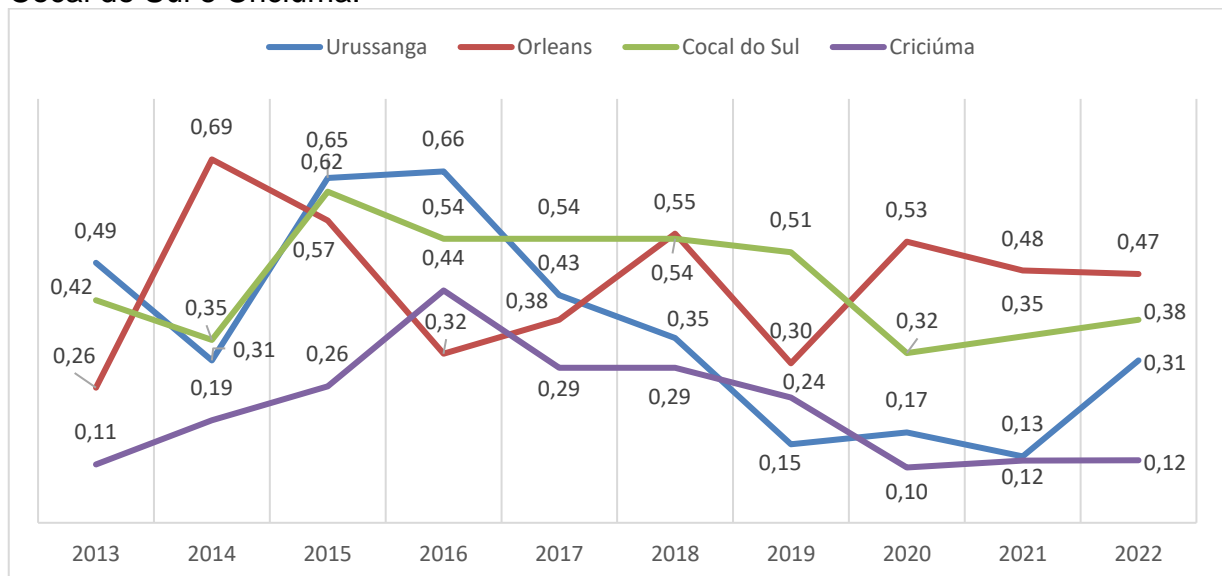
Gráfico 10 — Indicadores de endividamento das cidades de Treviso, Nova Veneza, Içara e Siderópolis.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Nesta análise, visualiza-se que Treviso teve uma variação em 2013 para 2014 de 0,11, mas em 2015 foi para 1,00 e manteve-se até 2022. Içara variou apenas de 0,06 a 0,22 no período todo. Siderópolis oscilou um pouco até 2018, tendo uma queda em 2019 e 2020, depois voltando a subir até 0,35 em 2022. Nova Veneza iniciou em 0,31 em 2013, subiu para 0,88 em 2014 e até 2018 manteve-se variando até 0,92, tendo uma queda brusca em 2019 para 0,32, para 2020 voltar a subir e ir até 0,59 em 2022.

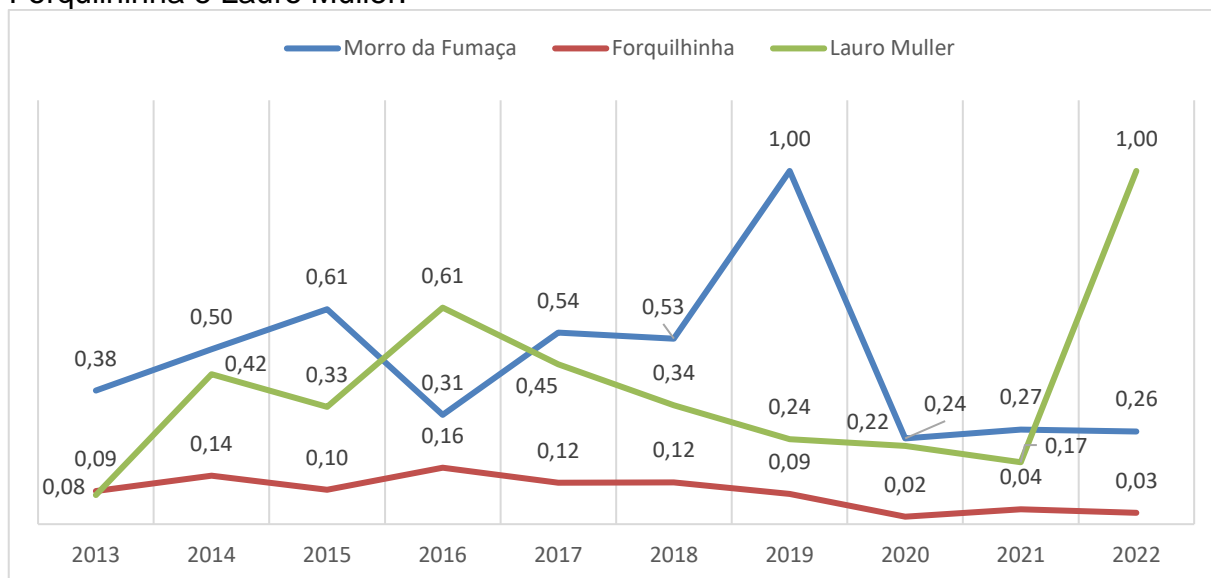
Gráfico 11 — Indicadores de endividamento das cidades de Urussanga, Orleans, Cocal do Sul e Criciúma.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Analisando este gráfico, verifica-se uma variação em todas as cidades em todos os anos. Urussanga iniciou em 0,49, reduziu em 2014 para 0,31 e em 2015 subiu para 0,65, mantendo em 2016 em 0,66 e reduziu bruscamente de 2016 a 2021, tendo apenas um aumento em 2022. Cocal do Sul iniciou em 0,42, reduzindo em 2014 para 0,35, mas subiu para 0,62 em 2015 e manteve-se aproximadamente a este índice até 2020, onde reduziu para 0,32, mas voltou a subir, indo a 0,38 em 2022. Criciúma variou bem pouco e comparação as outras cidades, foi de 0,10 a 0,32 durante o período. Orleans foi uma das que mais variou, iniciando em 0,26 em 2013, subindo para 0,69 em 2014 e variando bastante até 2022 entre 0,30 e 0,55.

Gráfico 12 — Indicadores de endividamento das cidades de Morro da Fumaça, Forquilha e Lauro Muller.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Neste gráfico, analisa-se que Forquilha variou muito pouco em relação aos demais. Lauro Muller variou bastante, iniciando em 0,09 e indo até 0,61 em 2016, mas depois foi reduzindo até 0,04 em 2021 e por fim, subindo para 1,00 em 2022. Morro da Fumaça foi variando entre 0,31 e 0,61 até 2018, subindo para 1,00 em 2019 e em seguida reduzindo para 0,24 em 2020, indo para 0,27 em 2021 e finalizando em 0,26 em 2022.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo ressaltam a importância de uma análise detalhada do desempenho financeiro dos municípios da AMREC, como foi proposto neste estudo. Através do levantamento de critérios das projeções contábeis e do cálculo de indicadores financeiros de liquidez e de endividamento foi possível não apenas avaliar a saúde econômica atual dos municípios em questão, mas também oferecer visões para a gestão fiscal responsável.

Os resultados obtidos revelam variações significativas na gestão municipal e fornecem uma base para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de estratégias



de gestão pública mais eficazes. Destaca-se, por fim, a relevância do estudo para a transparência administrativa e o controle social, reforçando a necessidade de esforços contínuos para aprimorar o monitoramento e a avaliação da gestão financeira municipal.

Por meio do levantamento de critérios das projeções contábeis e do cálculo de indicadores financeiros de liquidez e de endividamento, foi possível não apenas avaliar a saúde econômica atual dos municípios em questão, mas também oferecer visões para a gestão fiscal responsável. Os resultados obtidos revelam variações significativas na gestão municipal e fornecem uma base para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de estratégias de gestão pública mais eficazes. Destaca-se, por fim, a relevância do estudo para a transparência administrativa e o controle social, reforçando a necessidade de esforços contínuos para aprimorar o monitoramento e a avaliação da gestão financeira municipal.

A pesquisa sublinha a importância de adotar práticas de governança financeira que garantam a integridade e eficiência dos recursos municipais. A análise realizada serve como um indicativo de que a gestão fiscal prudente e a transparência não são apenas obrigatórias legalmente, mas também fundamentais para o fortalecimento da confiança pública. Ao destacar as discrepâncias e oportunidades de melhoria, o estudo enfatiza a necessidade de uma cultura de responsabilidade e ética no setor público, contribuindo assim para o bem-estar econômico e social dos municípios.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo et al. **Contabilidade Pública na Teoria à Prática**. 3ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2020.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização** da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967.

CFC. **ITG 1000** - Normas Aplicáveis e Modelos De Plano De Contas e Demonstrações Contábeis Para Microentidade e Pequena Empresa. Brasília, 15 de Dezembro de 2022. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/01/ITG-1000.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2023.

CFC. **NBC TG 26 (R5)** - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 22 de Dezembro de 2017. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf). Acesso em: 23 de Abril de 2023.

CFC. **NBC TG 1002** - Contabilidade para Microentidades. Brasília, 09 de Dezembro de 2021. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1002.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2023.

CFC. **NBC TSP 11** - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 31 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2023.

CFC. **NBC TSP 34** - Custos no Setor Público. Brasília, 18 de Novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP34.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2023.

CFC. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL** - Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral Pelas Entidades do Setor Público. Brasília, 23 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2023.

CFC. **Manual da Contabilidade**. Brasília, 2009. [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1\\_manual\\_cont.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_manual_cont.pdf). Acesso em: 20 de Abril de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (BRASIL). **Alternativas de Gerência de Unidades Públicas de Saúde**. 1. ed Brasília, DF: CONASS, 2015. 157F. DE IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 9ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2008.



SANTI FILHO, Armando et al. **Análise de Balanços para Controle Gerencial**. 5ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

DOMINGOS DE CASTRO, Pobel. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 6ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações contábeis**. 7ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial**. 2ª edição. Curitiba, Editora IESDE Brasil, 2019.